

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COM FOCO NA CULTURA AVALIATIVA ESTANDARDIZADA

Amanda Marinho Boguea

Universidade Federal do Maranhão

E-mail: am.marinho@outlook.com

Jusciane do Bom Parto Pinheiro Oliveira

Universidade Federal do Maranhão

E-mail: jusciane.oliveira@discente.ufma.br

Kaila Maria Sousa da Silva

Universidade Federal do Maranhão

E-mail: kailamaria65@gmail.com

Introdução

O termo avaliar se tornou inerente aos mais variados âmbitos do contexto social. A partir de uma tendência mundial, sobretudo na década de 1990, a avaliação das instituições escolares ganhou força como centro das políticas públicas para a educação brasileira. Segundo Sobrinho (2003), a avaliação abrange diversos campos de domínio do Estado, estendendo-se às produções sociais, às políticas públicas e educacionais.

Assim, o eixo norteador das discussões presentes neste texto, refere-se às avaliações educacionais, especificamente as avaliações externas e em larga escala e o processo de formação de professores da Rede Municipal de Educação Básica de São Luís do Maranhão. Buscamos compreender de que maneira as formações interferem na formação de professores da educação básica, que vivencia cotidianamente um calendário escolar sobrecarregado de avaliações. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos científicos com a temática formação de professores e avaliações externas, assim como entrevista semiestruturada com gestores e professores de duas escolas municipais, uma que atingiu a meta prevista no Ideb e a outra que não atingiu. Nesse sentido a formação continuada de professores é um meio fundamental para pensar-se a prática do professor e as problemáticas que surgem diariamente no cotidiano escolar, questões que ultrapassam quaisquer processos avaliativos descontextualizados.

A formação continuada de professores no contexto da cultura avaliativa estandardizada

A formação continuada de professores tem sido fortemente influenciada pela cultura avaliativa estandardizada, um fenômeno que se insere nas políticas educacionais contemporâneas e se manifesta por meio de testes de larga escala e indicadores de desempenho. Afonso (2007) e Sobrinho (2008) analisam criticamente essa realidade, destacando como a avaliação padronizada tem transformado a prática docente e a percepção da qualidade da educação. Essa cultura avaliativa, fundamentada em uma lógica gerencialista, orienta as políticas de formação continuada para a obtenção de resultados mensuráveis, desconsiderando a complexidade dos processos educativos e as particularidades dos contextos escolares.

Afonso (2007) argumenta que a avaliação educacional tem sido utilizada como instrumento de controle e regulação do trabalho docente, resultando em um esvaziamento da autonomia dos professores. A busca por padrões e rankings de desempenho leva à padronização das práticas pedagógicas, com foco na preparação para exames em detrimento de uma formação crítica e reflexiva. Assim, a formação continuada deixa de ser um espaço de desenvolvimento profissional autônomo para se tornar uma ferramenta de adequação às exigências do sistema avaliativo.

Sobrinho (2008), por sua vez, destaca que a cultura avaliativa estandardizada reduz a docência a um conjunto de competências técnicas voltadas para o cumprimento de objetivos estabelecidos por órgãos externos. Ele enfatiza que essa abordagem ignora as múltiplas dimensões do trabalho docente, como a mediação do conhecimento, a formação cidadã dos alunos e a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades específicas dos estudantes. A formação continuada, quando submetida a essa lógica, tende a privilegiar soluções genéricas e descontextualizadas, desconsiderando a diversidade cultural e social presente nas escolas.

Sobrinho (2010) também aponta que a lógica quantitativa da avaliação estandardizada influencia as políticas educacionais de forma ampla, promovendo uma visão reducionista do sucesso escolar. A ênfase em resultados numéricos e comparações entre escolas cria uma competição que pode acirrar as desigualdades educacionais, uma vez que os recursos e as condições estruturais não são equitativos entre diferentes regiões.

Nesse sentido, a formação continuada deveria focar em estratégias que considerem as especificidades locais, promovendo uma avaliação formativa que valorize a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos alunos.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar as experiências e percepções dos próprios professores da Rede Municipal de Educação Básica de São Luís do Maranhão, que vivenciam diariamente os desafios impostos pelas avaliações externas.

A avaliação vem se constituindo um dos principais mecanismos de distribuição de recursos e controle para a implementação de políticas públicas, haja vista que o Estado define a transferência de recursos com base nos resultados de índices educacionais. Segundo Freitas (2007) o sistema de avaliação assume dois papéis, em dado momento constitui-se um instrumento de medida, avaliação e informação educacional, por outro lado, fortalece o estado-avaliador ao vincula-se à política administrativa gerencial, ancorada na lógica do mercado.

A avaliação, além de outras pautas, foi lembrada pelas entrevistadas como um dos principais conteúdos trabalhados nos encontros de formação continuada. Os depoimentos a seguir apontam ser esse um foco importante dado pela Semed aos encontros de formação, como expressam abaixo:

As nossas formações hoje estão focadas nos desafios do Ensino Remoto, porém engloba todas as outras questões da escola, sobre a questão do processo ensino-aprendizagem, devolutiva de alunos, as formas de trabalho tanto remoto, online, como off-line, a preocupação com a participação e interação dos pais e família. Então nossas formações são voltadas a satisfação do professor, relato de experiências do seu fazer pedagógico. Falamos também na questão da avaliação, quanto a gente quer alcançar, quais são os caminhos para alcançar aquela meta que foi estabelecida. (GESTORA, Escola A).

O foco no momento, nesse momento tá, tem sido a avaliação é o foco das formações da gente tanto que a gente está fazendo as avaliações, porque no momento a nossa formação é em torno da avaliação. (P.1, Escola B).

Nosso foco é o aluno [...] até preocupado com o resultado SAEB [Sistema de Avaliação da Educação Básica] já está vindo aí, assim como o Enem vem aí também e faz pensar qual será o resultado de tudo isso e nós ficaremos assustados. ((P.4, Escola B).

É perceptível nas falas das professoras e gestora que as formações ofertadas pela rede municipal estão focadas na melhoria dos indicadores avaliativos da Educação Básica. Nessa perspectiva, a avaliação passa a ser utilizada para medir os resultados, com vistas a controlar as políticas e responsabilizar os sujeitos inseridos no processo

educativo. Dessa forma, a educação passa a ser referenciada conforme a lógica do mercado, sendo vista como uma mercadoria, que deve ser apresentar “bons” resultados previstos pelas instâncias reguladoras dos serviços educacionais.

Autores que apoiam a análise em tela, entre os quais, Romualdo Oliveira (2007), têm apontado que o Ideb é um índice essencial para a educação pública por ser de fácil acesso, o que permite um debate entre os sujeitos em torno dos resultados apresentados, porém ele também apresenta suas limitações, por ser um teste de proficiência com pouca abrangência disciplinar que calcula resultados de provas de Português e Matemática. Além disso, ele só avalia quem está dentro da escola, podendo a escola ou o município estar com o Ideb acima da meta projetada e ainda permanecer com altos números de pessoas analfabetas.

Considerações Finais

O presente estudo buscou compreender a relação entre as avaliações externas em larga escala e o processo de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Educação Básica de São Luís do Maranhão. Observou-se que as avaliações, embora tenham o potencial de subsidiar políticas públicas e aprimorar a qualidade do ensino, têm sido utilizadas principalmente como instrumentos de regulação e controle, orientando a prática docente para o atendimento de metas e indicadores estabelecidos por instâncias superiores.

Os relatos dos professores evidenciam que a formação continuada tem se concentrado, em grande parte, na busca por melhores resultados nas avaliações, o que pode limitar a construção de práticas pedagógicas mais reflexivas e contextualizadas. Nesse contexto, torna-se imprescindível repensar as políticas de formação continuada, a fim de equilibrar as exigências das avaliações externas com a promoção de uma prática docente que valorize a diversidade e a complexidade do processo educativo. As formações devem contemplar não apenas a preparação para as provas padronizadas, mas também estratégias que permitam aos professores enfrentar os desafios cotidianos da sala de aula, considerando as realidades socioeconômicas e culturais dos alunos.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa.** Educação & Sociedade, v. 28, n. 98, p. 1103-1124, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação Adiada:** O acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Qualidade com garantia de respeito às diversidades e necessidades de aprendizagem. In: GRACIANO, Mariângela (coord.). **O plano de desenvolvimento da educação (PDE).** São Paulo: Ação Educativa, 2007. p. 32-34.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009):** do Provão ao SINAES. Estudos em Avaliação Educacional, v. 21, n. 46, p. 77-98, 2010.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação educativa:** produção de sentidos com valor de formação. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 41, p. 13-32, 2008.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação:** Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.